

Eleições 2022 | Sucessão presidencial

TSE arquiva ação do PL sobre rádios; Moraes vê ato para tumultuar 2º turno

— Presidente da Corte rejeita alegação feita pela campanha de Bolsonaro de suposto desequilíbrio na veiculação de inserções e pede que Aras investigue possível crime eleitoral

WILTON JUNIOR/ESTADÃO

VINICIUS VALFRE
WESLEY GALZO
FELIPE FRAZÃO
DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, determinou ontem o arquivamento da ação apresentada pela campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre suposto desequilíbrio na veiculação de propaganda eleitoral em rádios. Moraes encaminhou o caso ao procurador-geral eleitoral, Augusto Aras, para análise de possível “cometimento de crime eleitoral com a finalidade de tumultuar o segundo turno” e de “desvio de finalidade” no uso de recursos públicos. O ministro também remeteu o processo para o inquérito das fake news que ele mesmo conduz no Supremo Tribunal Federal (STF).

A decisão provocou reação do presidente. Bolsonaro, que estava em Minas, convocou reunião ministerial de emergência no Palácio da Alvorada, à noite, com a presença dos três comandantes militares. A expectativa era de que ele viajasse direto para o Rio, onde tem agenda de campanha hoje.

O avião ficou parado por meia hora no pátio com Bolsonaro ao telefone até ele resolver convocar a reunião na capital federal. Após a reunião, o presidente disse que sua campanha foi prejudicada e recorrerá da decisão. “Nós iremos às últimas consequências, dentro das quatro linhas da Constituição, para fazer valer aquilo que nossas auditorias constatarem”, afirmou o presidente (mais informações na pág. A12).

DISCREPÂNCIAS. Na decisão, Moraes afirmou ter visto “manifesta afronta à lei eleitoral”. “Não restam dúvidas de que os autores – que deveriam ter realizado sua atribuição de fiscalizar as inserções de rádio e televisão de sua campanha – apontaram uma suposta fraude eleitoral às vésperas do segundo turno do pleito sem base documental crível, ausente, portanto, qualquer indício mínimo de prova”, afirmou. Em letra maiúscula, o ministro escreveu: “Diante de discrepâncias tão gritantes, esses dados ja-



Presidente Jair Bolsonaro (PL) chega para pronunciamento no Palácio do Alvorada; recurso para tentar reverter decisão do TSE

mais poderiam ser chamados de ‘prova’ ou ‘auditoria.’”

Segundo o ministro, “erros e inconsistências apresentados nessa ‘pequena amostragem de oito rádios’ são patentes”. Moraes afirmou que inicialmente a campanha alegou que “emissoras de rádio em diversas cidades brasileiras, espalhadas por todas as regiões, não veicularam as inserções do presidente”, mas que foi “alterando suas alegações, chegando a expressamente admitir a existência de pedido incerto e indefini-

Representatividade
Moraes destacou que universo apresentado pela campanha representa 0,16% das rádios do País

do, ao afirmar que o total dos dados só poderá ser apresentado e checado totalmente ao fim das investigações judiciais”.

O ministro destacou que o País tem cerca de 5 mil rádios e que a campanha apresentou “supostas irregularidades” em oito emissoras, o que representa 0,16% do universo estatístico apontado. “A campanha não trouxe qualquer documento suficiente a comprovar suas alegações”, juntando apenas o relatório produzido pela Audiency Brasil Tecnologia, uma empresa que, na avaliação do

Cronologia

Inserções de propaganda estão no centro da disputa

● 24/10

A campanha de Bolsonaro apresenta relatório em que denuncia ao TSE que rádios do País teriam privilegiado as inserções de Lula. Seriam 154 mil peças irregulares. No mesmo dia, o ministro Alexandre de Moraes classifica o relatório como “apócrifo” e diz que não foi apresentada qualquer prova. Na ocasião, ele dá 24 horas para a campanha juntar novas evidências.

● 25/10

Os advogados de Bolsonaro

apresentaram novo relatório. A campanha citou irregularidades em 730 inserções de 8 rádios.

● 26/10

TSE exonera servidor Alexandre Machado da secretaria responsável pelo recebimento das inserções dos candidatos à Presidência. A Corte justifica que Machado atua com “motivação política”. No mesmo dia, Bolsonaro diz que exoneração do servidor do TSE teve “dedo do PT”. Rádios contestam o relatório apresentado pelos advogados de Bolsonaro. Moraes rejeita a denúncia da campanha à reeleição e manda analisar possível crime político na apresentação da denúncia.

ministro, não tem atuação na área de auditoria.

Todas as oito emissoras foram procuradas pelo Estadão. Cinco delas contestaram a denúncia de que deixaram de veicular a propaganda eleitoral de Bolsonaro e afirmaram que podem provar que cumpriram a legislação. Um delas alegou que foi a campanha do presidente que atrasou a entrega das inserções de propaganda.

Uma sexta emissora reconheceu uma falha na divulgação em um único dia da campanha, o que gerou 15 inserções a

mais para Lula. Essa rádio também alegou que a campanha de Bolsonaro atrasou a entrega das peças a serem veiculadas. A equipe do candidato à reeleição argumentou que rádios deixaram de veicular pelo menos 730 comerciais de sua campanha.

DEMISSÃO. No mesmo dia em que arquivou o pedido da campanha de Bolsonaro, o presidente do TSE exonou Alexandre Gomes Machado, servidor que atuava no setor responsável pela veiculação de

propaganda eleitoral. Segundo a Corte Eleitoral, o servidor teria atuado por “motivação política” e “indicações de reiteradas práticas de assédio moral”. O TSE informou que abrirá um processo administrativo para investigar a conduta do funcionário público.

Após ser demitido, Machado foi à Polícia Federal. Em depoimento, afirmou ser alvo de perseguição e que uma rádio “admitiu que dos dias 7 a 10 de outubro havia deixado de repassar em sua programação cem inserções” da campanha de Bolsonaro. Disse ainda que desde 2018 tem “informado reiteradamente” que “existem falhas de fiscalização e acompanhamento na veiculação de inserções da propaganda eleitoral gratuita”.

Machado disse também que repassou o relato à chefe do gabinete do secretário-geral da Presidência do TSE por e-mail. “Cerca de 30 minutos após esta comunicação fui informado pelo chefe imediato de que estava sendo exonado, sem ser informado quanto à motivação”, disse à PF.

A rádio JM Online, de Uberaba (MG), citada pelo servidor, negou ter boicotado os programas de Bolsonaro e sustentou que a campanha do presidente deixou de entregar o material que deveria ser levado ao ar como manda a lei eleitoral. ●

‘Nós iremos às últimas consequências’, diz Bolsonaro sobre ação

Presidente anuncia recurso à decisão de Moraes que rejeitou o pedido para suspender a propaganda de Lula nas emissoras

.....
DANIEL WETERMAN
FELIPE FRAZÃO
JULIA AFFONSO
BRASÍLIA
.....

Em pronunciamento no Palácio da Alvorada, o presidente Jair Bolsonaro (PL) insistiu ontem na tese de que rádios deixaram de veicular “dezenas de milhares” de inserções de seu programa eleitoral para beneficiar o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Sob o argumento de que isso “interfere no resultado da eleição” e “desequilibra o processo eleitoral”, Bolsonaro anunciou que irá recorrer da decisão do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, que rejeitou o pedido de sua campanha para suspender a propaganda de Lula nas rádios.

“Realmente, um enorme desequilíbrio no tocante às inserções. Isso, obviamente, interfere na quantidade de votos no final da linha”, disse Bolsonaro, à noite, ao lado dos ministros da Justiça, Anderson Torres, e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno. “Nós iremos às últimas consequências, dentro das quatro linhas da Consti-

tuição, para fazer valer aquilo que nossas auditorias constatarem”, declarou o presidente, ao sustentar que rádios deixaram de transmitir sua propaganda para favorecer Lula. “O meu lado foi muito prejudicado e não foi de agora.”

Bolsonaro afirmou que, em cidades nas quais ele poderia ter vencido no primeiro turno, a falta das inserções nas rádios alterou o resultado da disputa. Os dados apresentados por advogados de sua campanha ao TSE, porém, se referem apenas a comerciais divulgados após o primeiro turno. Além disso, cabe aos partidos fiscalizar a veiculação das inserções.

Para Moraes, Bolsonaro age com o intuito de “tumultuar” a segunda rodada das eleições. “O senhor Alexandre de Moraes, num linguajar popular, matou no peito o processo e encaminhou para o inquérito das fake news, que ele mesmo conduz”, disse o candidato à reeleição, que não respondeu às perguntas dos jornalistas.

Embora o presidente tenha falado em “dezenas de milha-

res de inserções”, seus advogados afirmaram ao TSE que oito rádios teriam deixado de veicular 730 comerciais. Das oito emissoras, seis negam irregularidades. Outras duas não se manifestaram.

REUNIÃO. Assim que a decisão de Moraes foi anunciada, Bolsonaro convocou uma reunião de emergência com ministros e comandantes das Forças Armadas, no Alvorada, alegando que fatos graves estão acontecendo. No pronunciamento, o presidente disse que as inserções do PT, segundo as quais ele vai acabar com o 13.º e as horas extras, representam um “golpe abaixo da linha da cintura”.

O PL, partido de Bolsonaro, contratou duas auditorias e deve buscar mais uma para apurar as inserções veiculadas nas rádios durante a corrida eleitoral. No despacho, Moraes mandou investigar o uso de recursos do Fundo Partidário para isso porque, na sua avaliação, a verba bancou tentativa de tumultuar o segundo turno.

O presidente disse que a campanha virou a madrugada para apresentar as provas a Moraes, dado o prazo de 24 horas estabelecido por ele, e que acompanhou de perto o trabalho. “Eu por vezes fui acordado, porque cochilei, e prestamos as informações na hora certa”, afirmou. ●

.....
“Alexandre de Moraes matou no peito o processo e encaminhou para o inquérito das fake news, que ele preside.”
.....

Jair Bolsonaro (PL)
Presidente da República
.....

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 10 e 12